



Grupo de Trabalho Política de Governança das Contratações Públicas pelo Poder Judiciário



Resolução CNJ 347/2021

POLÍTICA DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS PELO PODER JUDICIÁRIO



A Resolução, **alinhada** com as metas e objetivos da **Agenda 2030** das Nações Unidas, destacou como **instrumentos de governança em contratações públicas** do Poder Judiciário, dentre outros:



Plano de Logística Sustentável.



Plano Anual de Contratações



Plano Anual de Capacitação.



Plano de Tratamento de Riscos do macroprocesso de contratações.

Plano de Logística Sustentável – Modelo STJ

Plano de Logística Sustentável

Assessoria de Gestão Sustentável | AGS



OBJETIVO SUSTENTÁVEL
11. INDICADORES PARA TRANSFORMAR NOSSO MUNDO



PAPEL

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2002 a 2023

Em 2008 houve pico de consumo e custos de papel no STJ, quando iniciou-se a digitalização dos processos de trabalho no Tribunal. A análise dos dados mostra uma redução gradual no consumo do tema, atingindo 48% no período de 2015 a 2019 e 68% entre 2019 e 2020.

As quedas registradas no consumo de papel em 2020 e 2021 se devem principalmente à adoção do trabalho remoto em decorrência da pandemia da COVID-19. Contudo, a adoção do teletrabalho como modalidade laboral no Tribunal trará impactos importantes em diversos temas no PLS.

Destaca-se que o consumo de papel tende a impactar outros temas como materiais de expediente, impressões, energia elétrica e geração de resíduos, o que revela sua importância como indicador a ser monitorado no alinhamento setorial.

Com o projeto de transformação digital e outras iniciativas como as "Ilhas de impressão", concentrando as impressões de unidades próximas em equipamentos compartilhados, espera-se obter ainda melhores resultados para papel e outros temas relacionados.

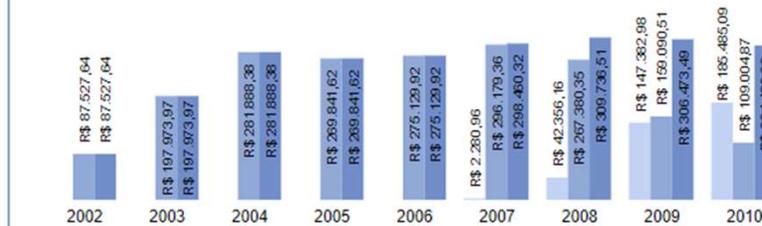
META: redução de 50% no consumo até 2026.

Série Histórica
Ciclo 2021 2026
Limpar Filtros

Reciclado Não reciclado

Custo em R\$

Reciclado Não Reciclado Total



LINHA DE BASE



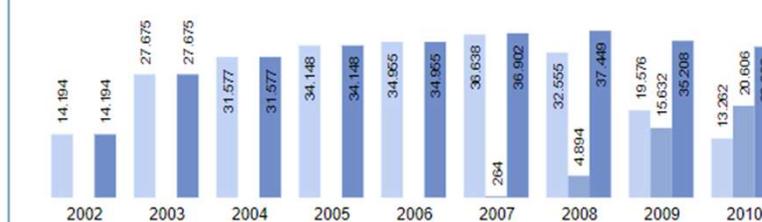
META DE REDUÇÃO - Consumo em resmas

Meta Resultado



Consumo em resmas

Não Reciclado Reciclado Total



Fases de análise para inserção do critério sustentável

Alinhamento Institucional	<ul style="list-style-type: none">- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (AGENDA 2030)- Plano Estratégico Institucional (PE)- Plano de Logística Sustentável (PLS)- Planos Setoriais- Plano de Aquisição e Contratação (PCAq)
Planejamento	Real necessidade do bem considerando: <ul style="list-style-type: none">- Ciclo de vida do produto- Quantitativos estimados (série histórica de consumo)- Possibilidade de inovação- Escolha da solução
Especificação	Normas ambientais em vigor Legislação técnica adequada ao caso concreto
Uso correto do produto Fiscalização do contrato	<ul style="list-style-type: none">- Observância aos manuais de utilização para correto uso de materiais, insumos e equipamentos;- Papel do Fiscal na observância do correto uso de materiais e equipamentos;
Gestão dos resíduos gerados	<ul style="list-style-type: none">- Plano de Gestão de Resíduos Destinação final ambientalmente adequada

Planejamento - análise do ciclo de vida do produto

Desenvolvimento do produto (ideação, definição, design)

Extração da matéria-prima e insumos

Processo Produtivo

Logística (comércio local, transporte, embalagens, armazenamento)

Destinação final



Caso Prático – Modelo de análise quanto à sustentabilidade



ODS-ONU

Uma vez que o STJ promove para todas as contratações uma análise da sustentabilidade, visando a um consumo consciente e à redução de impactos ambientais, entende-se que há o alinhamento com o seguinte ODS e metas associadas:

ODS 12 - Consumo e produção responsáveis: garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.

Meta 12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

Meta 12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso.

Meta 12.7 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais.

PE-STJ

A aquisição visa otimizar a proteção de informações sensíveis ou sigilosas e dar maior segurança a reuniões, oitivas, acordos, negociações e decisões, por meio da detecção de dispositivos eletrônicos de escuta e equipamentos transmissores de sinais. Assim, a aquisição contribuirá para o aperfeiçoamento das atividades de segurança institucional, salvaguardando, em especial, a privacidade e segurança dos processos de trabalho dos senhores Ministros. Nesse contexto, entende-se que a contratação está em conformidade com os seguintes objetivos do PE-STJ:

Buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional: Garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental, por meio do aprimoramento de métodos e ferramentas de trabalho.

Valorizar as pessoas: Adotar políticas, métodos e práticas inovadoras e participativas, bem como melhor adequar a força de trabalho, visando favorecer o desenvolvimento profissional, a saúde, a segurança, a acessibilidade e a inclusão, com foco na constante melhoria do ambiente organizacional e da qualidade dos serviços prestados, a fim de que os colaboradores possam contribuir para o cumprimento da missão institucional.

Intensificar o uso de tecnologias da informação: Aperfeiçoar os serviços e a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação - TIC, bem como a segurança das informações, incentivando a transformação digital, com foco na satisfação dos usuários e no cumprimento da missão institucional.

Caso Prático – modelo de análise quanto à sustentabilidade

PLS-STJ

Considerando que o objeto a ser adquirido demandará o recorrente carregamento de baterias, entende-se que a aquisição está relacionada com o tema "**Energia Elétrica**" do PLS. Desse modo, entende-se necessário informar à Seção de Eletro Eletrônica (SELET), atual gestora do tema em questão, para que a referida unidade avalie o impacto da aquisição no plano de ação, visando ao alcance das metas estabelecidas.

PCAg-STJ

Conforme indicado no item 2.3 do TR, confirmou-se que a contratação consta na planilha do Anexo I do PCAg 2023.

Caso prático - Ciclo de vida para escolha da melhor solução

Qual a necessidade?

Quem atenderá?

Qual a especificação considerando o ciclo de vida do produto? Qual o melhor material? Quais os cuidados?

Quais critérios de conformidade devo observar?

Inovação

Aspectos econômicos:

- Adoção de *Facilities*;
- contratação de startups;
- outsourcing, serviços em nuvem;
- soluções compartilhadas;
- mobilidade terceirizada

Redução das desigualdades

Aspectos sociais:

- **Cotas para mulheres em situação de vulnerabilidade social** – Art. 25, §9, I; Res CNJ 497/2023; Decreto 11.430/2023
- Mapeamento e **diagnóstico** da força de trabalho auxiliar (Gênero e Raça) - Observância de diretrizes do IBGE
- Papel do fiscal do contrato e obrigação da contratada
- Acordos de **Cooperação Técnica** com a Secretaria da Mulher

Obrigada!

Ketlin Feitosa Scartezini
Assessora-Chefe de Gestão Sustentável
Superior Tribunal de Justiça



Contatos:

61 3319-6754

61 98177-1078

